

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte uma horas, no Espaço Multiusos de Vale do Peso, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em **sessão pública ordinária**, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
2. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município – Ano 2018;**
3. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **do Documentos de Prestação de Contas – Ano 2018;**
4. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **da 2.ª Revisão ao Orçamento /2019;**
5. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano – 2019/2022;**
6. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho do Crato – Aprovação Depois de Consulta Pública;**
7. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **do Empréstimo Bancário;**
8. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **do Conselho Municipal de Educação.**

## Presenças:

### Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **António Parrana Vieira**.

O senhor Vereador **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes**, fez-se substituir pelo senhor Vereador **Sérgio Godinho**.

Registou-se a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas vinte uma horas e quinze minutos.

### **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

A **Assembleia Municipal** aprovou por **unanimidade**, um **Voto de Pesar** pelo **falecimento** do senhor **António Nunes de Oliveira**, que desempenhou funções autárquicas como Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra e, por inerência, no órgão deliberativo do Município, Assembleia Municipal do Crato.

*“Voto de Pesar*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



*Considerando que o senhor António Nunes de Oliveira, desempenhou funções autárquicas, como Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra e, por inerência, no órgão deliberativo do Município, Assembleia Municipal do Crato.*

*Considerando que as referidas funções desempenhadas com dedicação, competência, honestidade, sempre em defesa de valores, como a sua freguesia, a democracia, cumprindo a Lei e a Constituição;*

*Considerando que, a sua morte foi uma perda de um homem bom, que teve como Monte da Pedra a sua terra por adoção;*

*Em face do exposto, a Assembleia Municipal aprova um Voto de Pesar pelo falecimento do ex-autarca, António Nunes de Oliveira.”*

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida de 22 de fevereiro a 30 de abril de 2019**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma Proposta de Saudação “**1.º de maio – Dia Internacional do Trabalhador**”, **apresentada pelos eleitos da CDU**.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma Proposta de Moção “**Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível**”, **apresentada pelos eleitos da CDU**, a qual foi admitida à discussão por unanimidade.

### **“Proposta de Moção**

#### **Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível**

*A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores e a população em geral, com repercussões directas nos seus rendimentos.*

*Preço máximo do passe social intermodal – seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objectivo que se impõe concretizar também*

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

*no território desta região. A que se deve adicionar o objectivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família.*

*A CDU orgulha-se de, com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objectivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objectivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.*

*Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;*

*Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afectação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta,*

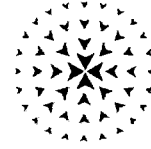
### **a Assembleia Municipal de Crato delibera:**

- 1. Incumbir a Câmara Municipal de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja respectivamente de 30 e 40 euros;*
- 2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos;*
- 3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;*
- 4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;*
- 5. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem: i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; ii) garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afectos*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do reforço real de meios financeiros; iii) reforçar a oferta ferroviária, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede. “

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, colocou a Proposta de Saudação “**Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível**” à votação, a qual foi **aprovada por maioria**.

a) **15** (quinze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- **2** (dois) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **4** (quatro) **abstenções**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **proposta de ata nº 1/2019 da sessão extraordinária de 30 de janeiro de 2019** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **proposta de ata nº 2/2019 da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2019** à votação a qual foi **aprovada** por **unanimidade**.

Tomou a palavra o eleito do PSD, **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, cumprimentando a mesa da Assembleia, os membros da Assembleia, os membros do Executivo e o público presente. Esclareceu ter solicitado à senhora Presidente que fosse distribuído a todos os membros da Assembleia, um requerimento que tinha apresentado na Reunião de 23/06/2018, onde colocava uma serie de questões relativas ao conjunto de iniciativas e eventos, organizados pela Câmara Municipal. Esclareceu também que este requerimento solicitava uma resposta por parte do executivo e afirmou ter tomado a liberdade de solicitar que fosse o senhor Presidente da Câmara a assumir a responsabilidade pela mesma.

Elucidou que não obtendo resposta ao requerimento, tinha questionado o senhor Presidente da Câmara, numa das últimas Assembleias Ordinárias e a resposta obtida, tinha sido, o senhor Presidente da Câmara, considerar as questões respondidas. Explicou que no momento em que obteve esta resposta, tinha solicitado à mesa que divulgasse novamente a todos os membros da Assembleia, o teor das questões colocadas. Sublinhou que desse modo, cada membro da Assembleia, podia após análise das questões e depois das respostas que alegadamente tinham sido dadas, avaliar se o requerimento tinha sido respondido ou não. Solicitou a ajuda da Técnica Cristina Pereira para a distribuição do requerimento apesar do mesmo ter sido enviado para todos os membros através de email.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, afirmou não ser necessária a distribuição do documento, uma vez que o mesmo tinha sido enviado a todos os eleitos. Declarou que o requerimento não tinha sido dirigido à mesa da Assembleia Municipal, nem à Presidente da Assembleia Municipal. Esclareceu que o referido documento deveria ter sido colocado nestes termos, pois dava entrada num órgão, devendo ser dirigido a quem presidia a esse mesmo órgão. Afirmou que o requerimento tinha sido dirigido ao senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato.

O eleito do PSD, **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, questionou se não era correto dirigir o documento ao senhor Presidente da Câmara.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, afirmou não ser correto porque aquilo que fazia sentido era dirigir o documento a quem presidia o órgão onde o mesmo dava entrada. Esclareceu também considerar importante que este requerimento tivesse o enquadramento legal com base na Lei 75/2013.

O eleito do PSD, **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, questionou se era essa a razão pela qual o requerimento não tinha sido respondido.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, elucidou que o requerimento tinha entrado no presente dia, tinha sido distribuído pelos membros da Assembleia Municipal tal como tinha sido solicitado e não era pelo facto de o mesmo ser dirigido ao senhor Presidente da Câmara que não lhe daria sequencia. Reafirmou que o requerimento tinha sido dirigido ao senhor Presidente.

O eleito do PSD, **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, perguntou se não era ao Presidente da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou que o requerimento enviado por email, no próprio dia em que se encontravam, tinha sido dirigido ao senhor Presidente da Câmara.

O eleito do PSD, **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, pediu desculpa, garantindo ter sido um lapso da sua parte. Aclarou que a questão de fundo que o levava a intervir no presente momento era relativamente simples. Afirmou que no seu entendimento não tinha sido dada resposta ao requerimento apresentado através da mesa da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, datado de 23/06, considerando não ter havido resposta ao mesmo. Reafirmou que aquilo que lhe tinha parecido necessário ou conveniente era que todos os membros da Assembleia tivessem novamente esse documento para poderem avaliar se tinha havido resposta ou não.

Acrescentou que o senhor Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal e já repetidamente, tinha instado ou desafiado, de alguma forma, os membros da Assembleia para que estes apresentassem ideias, podendo desse modo participar no trabalho desenvolvido pelo Presidente da Câmara. Sublinhou reconhecer que este trabalho não era fácil, que era exigente, que envolvia responsabilidades, não podendo deixar de apreciar quem decidia candidatar-se e solicitar aos Munícipes que votassem nele por entender estar em condições de desenvolver esse trabalho, de assumir essas responsabilidades e de executar as tarefas que por Lei e a bem da população, o mesmo entendia que deviam ser executadas.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Avalizou reconhecer todo o mérito e qualquer autarca, designadamente os Presidentes de Câmara mereciam a sua admiração e a sua apreciação.

O eleito do PSD, **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares**, garantiu aceitar perfeitamente que o senhor Presidente da Câmara considerasse que as ideias que lhe levassem, podiam contribuir para que ele desempenhasse de forma mais eficaz as suas funções, afirmando estar disponível para o ajudar nesta tarefa, na medida que lhe fosse possível. Explicou que a intenção era apresentar ideias que pudessem ser benéficas para o Concelho e não que fossem apenas benéficas para o Presidente. Expôs que a apresentação dessas ideias não era fazer um documento e depositá-lo naquilo que podia ser uma bolsa de ideias, devendo antes resultar da discussão, da conversa e da troca de impressões.

Completo dizendo não saber se o documento que tinha apresentado, tinha sido entendido dessa forma, mas destinava-se a permitir que no âmbito da Assembleia Municipal, órgão representativo da população do Concelho do Crato, pudessem ser discutidas questões que lhe pareciam da maior importância para o referido Concelho. Concluiu declarando lamentar que de alguma forma, o senhor Presidente da Câmara entendesse ter respondido ao grupo municipal do PSD. Declarou continuar aberto, assim como o grupo municipal a que pertencia, para poderem discutir as questões que tinham sido levantadas no documento em questão.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, explicou que tal como já tinha sido referido, o requerimento tinha sido distribuído por todos os membros eleitos, indo ser remetido à Câmara Municipal e em data oportuna teria a resposta.

### PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

#### 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a informação da Atividade Municipal, tendo sido feitas intervenções por alguns eleitos da Assembleia Municipal, bem como pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Tomou a palavra o eleito do PSD **José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, explicando que em termos qualitativos, de conteúdo e de apresentação, o documento em apreço continuava a melhorar, o que lhe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



agradava registrar. Afirmou não ver necessidade de em cada uma das divisões se estar a repetir exhaustivamente todo o enquadramento legal, porque apesar de ajudar, criava um relatório volumoso. Frisou que de alguma maneira, estas matérias deviam estar disponíveis na internet, no site da Câmara, para quem as quisesse consultar.

Comentou também, que serviço a serviço, estas unidades ou divisões, apresentavam listagens exaustivas e detalhadas das atividades. Sublinhou que apesar disso não constava nas mesmas um pequeno report sintético, dos respetivos responsáveis, onde referissem, se as atividades debaixo da sua responsabilidade, tinham sido executadas como se esperava, melhor do que se esperava, pior do que se esperava e porquê. Completou sublinhando que faltava uma análise sintética e qualitativa que permitisse tomar o pulso daquilo que estava a acontecer. Deu o exemplo da divisão que tratava da inserção dos desempregados, que apresentava um gráfico sobre os trimestres, no qual lhe chamou a atenção os valores do terceiro trimestre, pois apresentavam um comportamento anormal.

Sublinhou ter ido procurar uma justificação ou uma observação que justificasse esse comportamento, mas não ter encontrado nada. Completou informando que gostaria de ter algum esclarecimento sobre o que se tinha passado, se os serviços iriam fazer alguma coisa para de alguma forma repor a normalidade naquela estatística, ou se estava tudo bem. Manifestou que este era apenas um exemplo.

O eleito do PSD **José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, continuou falando sobre o relatório em particular, situação a situação, onde verificava que na situação financeira, nos gráficos de execução e noutros, que as estatísticas estavam lá todas, mas não havia nenhuma qualificação sobre se aqueles indicadores eram os desejáveis, os ideais ou os bons. Acrescentou não ter esse domínio, nem ter sequer a sensibilidade para perceber se isto estava a correr bem ou não. Afirmou ter a impressão de estar a correr bem, mas não tinha a opinião dos responsáveis que vinham apresentar o documento em causa para apreciação da Assembleia. Referiu ter dados e mais dados, com certeza cada vez mais objetivos e mais bem organizados, mas não havia algo que traduzisse aquilo que as pessoas com responsabilidades pensavam. Concluiu que esta sua observação se aplicava ao relatório como um todo, pois a Câmara não transmitia à Assembleia aquilo que pensava sobre a execução. Concluiu afirmando achar que a Câmara o deveria fazer e que gostaria que assim fosse.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



Tomou a palavra a Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, dizendo desejar ajudar no esclarecimento do gráfico relacionado com o aumento dos atendimentos. Sublinhou que este aumento relacionava-se com a apresentação quinzenal, convocada pelo IEF, à qual os Gabinetes de Inserção Profissional davam apoio. Referiu ainda que este aumento também estava relacionado com as inscrições para dois cursos de formação, um de pintura que estava a decorrer na Câmara Municipal, apoiado pelo IEF e outro de olaria que iria abrir brevemente.

Tomou a palavra o eleito do PS, **João Gonçalves**, para dar a opinião do seu grupo relativamente a este relatório em apreciação. Sublinhou que os mesmos eram sempre documentos extensos, tocando em especialidades que muitas vezes os eleitos não dominavam e desse modo provocavam o tipo de dúvidas que já ali tinham sido colocadas. Afirmou que isto era um fator comum em relatórios de atividades de qualquer grande empresa e de qualquer Câmara Municipal. Declarou que procurando sintetizar, fora de todos os gráficos e de todos os números, dar uma opinião abreviada, sobre os pontos que acharam relevantes e que gostariam de distinguir. Começou pelo Turismo, ação importante da Câmara que apostada na criação de uma marca, já ali apresentada, e a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, ponto nobre para a venda das nossas marcas e dos nossos produtos, sendo cada vez mais uma obrigação a participação neste tipo de eventos.

Afirmou registarem com muito agrado aquilo que foi a participação nessa Bolsa de Turismo, com a apresentação da nova imagem, do logotipo e registrarem também a presença das unidades hoteleiras do Município, porque era para elas que todas estas iniciativas eram dirigidas de forma a reforçarem os seus campos de negócios. Sobre a Educação, evidenciou a apresentação da equipa multidisciplinar de promoção do sucesso escolar aos encarregados de educação e à comunidade escolar através da plataforma Edu Crato, visto ter sido um autêntico sucesso, não sendo nunca demais registar a atenção que a Câmara Municipal do Crato dedicava ao sector da Educação. Saliu que esta plataforma tinha um objetivo muito nobre, que visava a realização de atividades lúdicas e dinâmicas, que promovessem a aquisição de conhecimentos, competências e valores, que ajudassem as crianças a desempenhar um papel ativo na sociedade.

O eleito do PS, **João Gonçalves**, evidenciou ainda a colaboração estreita entre a Câmara e a Escola, nos diferentes domínios apresentados no relatório, assim como a concessão de auxílios económicos ao ensino superior, manifestando que neste tipo de apoios, a Câmara do Crato era um exemplo a seguir. No campo da Ação Social destacou a conclusão de documentos estratégicos, como o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social do Município. Disse que ambos viriam a servir de instrumentos de suporte à

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



elaboração da candidatura aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G) e a celebração de Protocolo de Apoio Financeiro às IPSS's do Crato. Este último, estipulava a comparticipação mensal por cada utente da instituição, com ou sem acordo de cooperação com a Segurança Social. Assegurou, não ser de mais registar este apoio efetivo às IPSS's que podiam ser consideradas sem qualquer margem de erro, as maiores empresas do nosso Concelho, sendo as mesmas um campo a apostar, quer pelo apoio social que prestavam, quer pela quantidade de postos de trabalho que permitiam.

Destacou o planeamento e desenvolvimento de projetos estruturantes, salientando a submissão e aprovação de candidaturas aos diferentes eixos, no âmbito do Portugal 2020, nos termos identificados no relatório da atividade da Câmara. Realçou o dinamismo da Câmara nas mais diversas áreas, no aproveitamento de fundos comunitários para o desenvolvimento do Município e dos serviços. Chamou a atenção para a requalificação em curso do edifício da Escola de Olaria em Flor da Rosa. Frisou o Gabinete Florestal e Serviço do Município de Proteção Civil, destacando a aprovação da candidatura ao Fundo Florestal Permanente, ao apoio do financiamento de equipas de sapadores florestais de 2019 a 2021.

Manifestou a importância da celebração de protocolos entre a Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias de Bombeiros. Sublinhou também a realização de reuniões da Comissão Municipal com a Comissão Municipal da Defesa da Floresta. Concluiu as suas declarações fazendo destaque da importância do Conselho Municipal de Educação, enquanto instância na consulta para informação da Câmara.

Tomou a palavra o eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, explicando terem recebido os documentos, terem lido, ouvido e analisado os mesmos e com os mecanismos que tinham, iriam intervir. Declarou terem lido o Relatório da Atividade da Câmara, que tendo a quantidade de folhas que era do conhecimento de todos, podia ter apenas três ou quatro, que a diferença não seria nenhuma.

Explicou que este documento servia para acompanharem aquilo que tinha sido feito, num determinado momento. Afirmou que os balanços eram feitos no final do ano, porque a esta informação apresentada, tinham de juntar toda a outra informação temporal, fazendo depois a avaliação. Declarou que quanto ao sucesso ou insucesso das avaliações, estas tinham momentos muito próprios para serem feitas. Explicou que ao fazer-se uma avaliação ao "acordado" e ao que tinha sido votado, da atividade a desenvolver, teriam o balanço final do grau de execução. Elucidou que a sede própria para o fazer, era quando as forças políticas que não se

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



encontravam em regime de permanência, eram chamadas a dar conta da questão do estatuto do direito de oposição. Completou afirmando que essa era uma boa oportunidade de apresentarem ainda um documento maior do que aquele que ali tinham presente, dizendo aquilo que consideravam do decorrer do ano.

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, disse que aí, poderiam explicar uma atividade não conseguida, podendo a mesma até ter uma justificação e apresentarem aquilo que consideravam ser propostas. Em referência às propostas, manifestou que na sua opinião haviam mecanismos que por vezes não eram utilizados e que o deviam ser, pois eram parte integrante daquilo que estava na Lei. Manifestou que da parte do seu grupo político tinham apresentado quatro recomendações, que tinham sido respondidas, assim como quatro requerimentos, também eles respondidos. Alertou que o problema dos requerimentos era que muitas vezes a resposta que davam, não satisfazia aqueles que os tinham apresentado, mas aí entrava a intervenção política no órgão deliberativo.

Garantiu que aquilo que os trazia ali era a política e que não estava para ver o gráfico 33, ou os indicadores do Turismo em relação às frequências e visitas temporais, até porque o Turismo tinha muito que se lhe dissesse. Lembrou que neste âmbito as coisas se mediam pela questão económica da permanência de noites que se tinha no território, porque se fosse apenas pela passagem ou presença, a fronteira do Caia, tinha turistas que podiam ser carregados à palete.

Declarou estar de acordo com o facto de os documentos estarem a melhorar e declarou também ter dúvidas se os serviços teriam de fazer análises sobre eles mesmos. Disse que estávamos diante da apresentação daquilo que o executivo tinha feito e os membros eleitos teriam de ter a capacidade técnico/política para interpretar e ou enaltecer, ou intervindo politicamente em algum setor que julgasse menos correto. Poderia ser um atraso na execução do quadro comunitário de apoio, a burocracia estar a emperrar, o terem projetos, mas ser outro sítio.

Lembrou que também existiam situações na atividade dos Municípios que eram externas aos mesmos, porque tal como era do conhecimento de todos, por vezes era necessário fazer loby, tendo de construir carreirinhos para a CCDRA e para outros. Afirmou que aquilo que lhes tinha sido apresentado era aquilo que estava na Lei, prestando contas da atividade da Câmara, tendo o seu grupo lido e registado. Completou que este era o seu entendimento, mas que os restantes membros eleitos tinham todo o direito de terem outro, até porque este documento vinha depois a ser completado pelo documento da Prestação de Contas. Esclareceu que este tipo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



de documento tinha uma carga técnica muito grande, mas para se ter opinião política sobre qualquer questão tinha de haver um suporte técnico e tinham de haver conceções.

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, concluiu as suas declarações afirmando ficarem satisfeitos com a informação apresentada, mas que a mesma ainda poderia evoluir mais, podia ser mais sintética, menos carregada, mas que o caminho fazia-se caminhando.

Tomou a palavra a Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, para felicitar pela inovação na promoção do sucesso escolar. Esclareceu que a plataforma eletrónica Edu Crato iria permitir que as nossas crianças através de alguns jogos com base no nosso património e na nossa história, pudessem aprender todos os dias, um bocadinho mais. Afirmou que o sucesso escolar tinha de vir da base, ou seja do pré-escolar e do 1º ciclo, sendo de louvar o empenho do Município nesta matéria. Sublinhou ter estado na apresentação da plataforma e ter sido muito engraçado de ver a mascote, o Álvaro. Frisou achar que o mesmo iria ajudar muito as crianças, quer em casa, ou na escola, quer através de um telemóvel ou de um computador, qualquer um podia ajudar a criança a trabalhar e a aprender um bocadinho mais. Concluiu as suas declarações dando novamente os parabéns pela plataforma Edu Crato.

Tomou a palavra o eleito do PS, **Miguel Batista**, dizendo que como professor do 1º ciclo, lembrava, ser aqui que se iniciava o insucesso escolar. Explicou que no final do 1º ano, todas as crianças eram obrigadas a passar de ano, mesmo que não tivessem apreendido uma letra. Chamou a atenção para o facto de a grande carga de insucesso escolar residir no 2º ano de escolaridade, pois era precisamente neste ano que se encontrava o maior número de retenções ao longo de todo o percurso escolar. Felicitou o Município pelas apostas que vinha a fazer, pois conhecia muitas realidades, visto lecionar fora do nosso Concelho e não via muitos locais onde se estivesse a investir tanto na educação, com esta equipa multidisciplinar e com esta plataforma, como no Crato. Completou afirmando que toda esta promoção do sucesso era muito bem-vinda e vinha ao encontro de muito que já ali tinha sido dito, para que o Crato não aparecesse na cauda dos rankings. Destacou o regresso aos Jogos do Norte Alentejo, de onde na sua opinião o Crato nunca devia ter saído e lamentou o facto de ainda existirem dois Municípios que não participavam neste evento. Sublinhou que esta era uma prática desportiva saudável, pelo convívio e até por algum movimento económico que trazia às localidades.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



O eleito do PS, **Miguel Batista**, voltou ainda ao tema da educação para destacar as candidaturas para material didático, pois via uma aposta importantíssima em material para música, físico-química, para os laboratórios, mobiliário, demonstrando a importância deste assunto. Informou que também se felicitava com as obras que iriam decorrer na Casa do Adro (salão paroquial ou casa dos padres) podendo eventualmente vir a ser um centro de apoio aos peregrinos dos Caminhos de Santiago. Frisou que esta rota estava na moda e a freguesia de Vale do Peso fazia parte da mesma, havendo cerca de cinco mil alemães que durante o ano faziam o caminho de Vila Real de Santo António até Santiago de Compostela, passando todos por aqui. Completou manifestando ter muitos anos de Assembleia Municipal e dava os parabéns ao executivo e a toda a equipa que o acompanhava pois não se recordava de ver tantos projetos, tanta candidatura, tanto trabalho e tanto empenho.

Destacou a limpeza da Anta dos Penedos de São Miguel, solicitação que tinha feito ao senhor Vereador João Manuel Farinha, à qual o mesmo tinha sido sensível. Concluiu as suas declarações garantindo que apesar de já terem tido bons documentos de informação nunca tinham tido todas as despesas feitas pela Câmara, em todas as atividades e a quem eram distribuídas todas as verbas que a Câmara gastava. Terminou solicitando que comparassem os dados da situação financeira atual com os existentes à data da tomada de posse, onde destacava 500 mil euros a menos em dívidas e uma condição financeira com cerca de 300 mil euros a mais.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, cumprimentando a Presidente da Assembleia Municipal e a mesa, assim como todos os restantes membros eleitos. Cumprimentou os técnicos que asseguravam o bom funcionamento da reunião da Assembleia Municipal, o Revisor Oficial de Contas, Dr. Pedro Costa e os membros do executivo municipal. Deixou um cumprimento especial a todas as pessoas de Vale do Peso que ali se achavam presentes, afirmando ser com muito gosto que ali se encontrava.

Agradeceu a todos os membros da Assembleia Municipal que se envolveram nas comemorações do 25 de abril, visto ser uma data que devia ser relembrada todos os dias. Declarou ser com muito gosto que tinha visto uma ampla participação de todos os grupos da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia, assim como da Câmara Municipal. Sublinhou ser intenção da Câmara Municipal associar-se ao voto de pesar pelo senhor António Nunes de Oliveira, pelo trabalho feito por Monte da Pedra, pela excelente pessoa que era, pelo legado deixado que tinham de respeitar e ao qual deviam dar continuidade. Completou informando que na próxima Reunião de Câmara fariam também a devida homenagem pois achava ser uma pessoa merecedora, pela

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

postura que sempre tinha tido. Sobre o requerimento que atrás tinha sido mencionado, disse ter considerado o mesmo respondido de forma verbal e que na prestação de contas, teriam oportunidade de fazer a respetiva análise. Corroborou com muito daquilo que já ali tinham dito, sublinhando que o problema não estava na apresentação dos requerimentos, mas sim na sua resposta, agradando por vezes a uns e desagradando a outros. Afirmou ter dito e manter, estar disponível, para receber todos os contributos que pudessem vir para bem do Município do Crato.

Garantiu também, estar disponível para os debater em qualquer situação. Lembrou existirem momentos próprios para o fazer e até haver quem pouco acrescentasse nesses momentos, mas afiançava manter essa disponibilidade. Recordou já ali terem levado o relatório do estatuto do direito de oposição e noutro momento qualquer, numa oportunidade mais ou menos técnica, estaria disponível para receber esses contributos, opiniões e ideias.

O senhor Presidente, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, disse achar que era assim que o devia fazer, quer fosse de um eleito ou de um qualquer munícipe do concelho do Crato. Manifestou o orgulho que sentia relativamente ao trabalho feito na informação apresentada, pela evolução demonstrada, especialmente a nível técnico, parecendo-lhe que este documento era realmente muito técnico. Disse não lhe parecer equilibrado pedir-se a um técnico que fizesse uma interpretação política daquilo que escrevia tecnicamente no relatório apresentado. Elucidou que esse trabalho era para ser feito pelos eleitos, para terem crítica ou não sobre o mesmo, revendo-se no documento produzido tecnicamente, para ali ser apresentado. Sobre os fundos europeus e a sua execução disse terem cerca de um milhão de euros de pacto daquilo que tinha sido negociado.

Esclareceu que cerca de 45/50% dessa importância, eram divididos em dois itens, o da eficiência energética e o da melhoria do sucesso escolar. Sublinhou que o último referenciado, tinha uma equipa multidisciplinar, que obrigava a que até final deste pacote do Portugal 2020, tivessem de pagar os vencimentos da referida equipa e que a execução desta matéria seria muito lenta. Sobre a eficiência energética, explicou para que quem não tivesse conhecimento e a isso não eram obrigados, ter sido uma matéria muito complexa de gerir por parte de todos os municípios, havendo muito poucas candidaturas submetidas. Afirmou que o Município do Crato, seria o que mais candidaturas tinha submetidas neste item. Explicou que esta situação se devia ao facto de os Autarcas não acreditarem muito na forma em como a eficiência energética estava elaborada, quais eram os pressupostos e por ter um reembolso muito baixo.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



Aclarou que estariam a falar de valores situados entre os 35 e os 50% a fundo perdido e o restante seriam medidas de reembolso, o que seria de muito difícil execução. Explicou que nos edifícios do Município existiam situações que achavam interessantes para executar projetos, para os submeter, porque esses mesmos edifícios careciam da eficiência energética.

O senhor Presidente, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, declarou admitir que possivelmente teríamos sido cobaias desta medida, desta prioridade de investimento, mas tinham já aprovado o projeto do Edifício Sá Nogueira e acreditava na maturidade de mais dois projetos, podendo também virem a ser aprovados. Relembrou terem também feito a renegociação do pacto, onde, numa negociação difícil, tinham conseguido reaver mais de 100 mil euros para o pacto de execução. Elucidou terem conseguido transferir algumas verbas de medidas de prioridades de investimento, que no seu entender, não eram as mais favoráveis para o nosso Concelho. Declarou que deste modo, conseguiram que as mesmas fossem colocadas noutras prioridades de investimento onde respondessem mais, nomeadamente no reforço da valorização do património.

Demonstrou alguma estranheza por ninguém ter feito nenhum comentário sobre o grupo de trabalho da Barragem do Pisão ou Fins Múltiplos do Crato dizendo ser dessa forma que no seu entender deviam começar a chamar o projeto. Declarou ser com muito gosto que a convite do senhor Ministro da Economia integrava este grupo, porque quem estava nomeado, com a sua concordância e o seu voto, era o Presidente da Comunidade Intermunicipal, visto ser quem representava os 15 autarcas eleitos do distrito de Portalegre. Reforçou que através do convite do Ministro da Economia integrava as reuniões do grupo de trabalho dos Fins Múltiplos do Crato. Elucidou que este projeto podia ser constituído como um projeto inovador e diferente, daquilo que estavam habituados a ver numa barragem normal. Relembrou terem um estudo que tinha sido revisto em 2011, que já vinha de um estudo anterior, entre 2003 e 2006.

Informou que este estudo tinha como base uma parte agrícola, uma parte de abastecimento público de água e outra parte de geração de energia, através de uma mini-hídrica. O mesmo apresentava ainda um ou dois parágrafos sobre turismo. Informou que neste momento, os autarcas, tinham sido confrontados pelo senhor Ministro da Economia com a existência de alguma disponibilidade do Ministério da Agricultura para participar a parte do regadio, do Ministério do Ambiente, para suportar uma parte do investimento ao nível do abastecimento público de água, assim como de algum realojamento de população e expropriação de terrenos. Completou transmitindo que o conjunto de todo este apoio totalizava 70 milhões de euros dos 100 milhões que supostamente este investimento representava, colocando-se aos Autarcas, uma simples conta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



dividir. Declarou que esta conta seriam 30 milhões de euros a dividir pelos 15 Municípios, dando 2 milhões de euros a cada um e construindo-se deste modo a barragem automaticamente.

O senhor Presidente, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, afirmou não ter havido concordância de Autarcas que se encontravam nessa reunião, de que isso acontecesse, decidindo-se avançar com uma proposta mais arrojada, que era a criação de uma central fotovoltaica, no espelho de água da Barragem do Pisão. Avançou que esta ideia já tinha tido muitos desenvolvimentos e a isso, devia-se a criação deste grupo de trabalho que tinha um projeto financeiro por trás. Disse estar-se a falar de um projeto muito inovador, não existindo igual a nível europeu e apenas existindo algo semelhante nos EUA. Explicou que deste modo deixava de ser um projeto de ser única e simplesmente uma barragem, para ser um projeto de fins múltiplos.

Afirmou que esta realidade apresentava uma incrementação de tecnologia, de conhecimento, de oportunidade de emprego e de inovação, que era aquilo que todos procurávamos para o nosso Concelho e para a nossa região. Concluiu ser por tudo o que já tinha referido, que manifestava a sua estranheza por ninguém ter feito referência, nem terem demonstrado alguma curiosidade sobre este assunto. Comentou que surgiam tantas curiosidades sobre matéria tão diversificada, mas que aquela que era substancial e diferenciadora para o nosso Concelho, não tinha merecido uma palavra.

Tomou a palavra o eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, para explicar não ter referido a questão da Barragem do Pisão, por ser membro da CIMAA e esta entidade ter feito uma exposição sobre o assunto. Declarou que neste momento e no seu entender, o pior inimigo para a Barragem do Pisão seria a propaganda panfletária. Elucidou que a equipa que se encontrava a trabalhar estava no bom caminho, havendo a nosso favor várias questões técnicas. Recordou aquilo que tinha sido publicado em Diário da República e onde se davam 60 dias ao grupo de trabalho para poderem apresentar o devido relatório, acrescentando que com calma e com toda a serenidade, esta Assembleia e todas as outras deviam aguardar essa apresentação. Afirmou que aquilo que queriam era a construção da Barragem e não o seu anúncio, porque isso já tinha acontecido muitas vezes.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Pires**, referindo que em relação ao relatório da atividade da Câmara não tinha grande coisa a acrescentar, destacando a informação técnica e a grande transparência, podendo cada um dos eleitos tirar as próprias conclusões daquilo que a Câmara estava a executar. Acrescentou que num próximo relatório da informação da atividade da Câmara Municipal e enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, gostaria de ver vertidas no documento,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



algumas execuções, como por exemplo: o afastamento do povoamento florestal de eucaliptos e a descontinuidade de copas na Estrada Municipal 532-1, que ligava Monte da Pedra ao Crato, antes da Barragem das Nascentes. Completou manifestando que este local em caso de incêndio poderia tornar-se perigoso, tendo em conta a proximidade das árvores da estrada.

Outra execução que gostaria de ver vertida no documento em causa era o assunto das casas devolutas, como aquela que existia na Rua do Poço em Monte da Pedra. Declarou que apesar de muito falarem sobre o problema, ainda nada tinha sido feito, podendo até por em risco a vida dos que ali passam todos os dias. Referiu também a obra do cemitério e chamou a atenção para o facto de naquele próprio dia ter saído legislação sobre a transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Salvaguardou não estar a dizer se tinha de existir ou não a transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Afirmou que no seu entender tinham de juntar esforços e decidirem de uma vez por todas o que faziam ou não, saber de que modo essa transferência de competências seria feita, quais os pressupostos e quais seriam de facto as competências das Juntas em todo este processo.

O Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Pires**, concluiu as suas declarações, dizendo que num próximo relatório gostaria de ver todas estas questões elencadas e não sendo possível serem apresentadas como concluídas, pelo menos que fossem apresentadas como estando em execução e mais próximas de uma conclusão.

A Presidente da Assembleia, **Sanda Marias Sias Cardoso**, pediu autorização e concordância ao plenário, para que o Presidente da Câmara utilizasse tempo que lhe seria descontado na intervenção do próximo ponto da ordem de trabalhos, visto já ter esgotado o tempo regimental, para que o Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires não ficasse sem resposta.

O Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, garantiu responder telegraficamente e informou que relativamente às copas das árvores da Estrada 532-1, havia uma interpretação da Altriflorestal que era contraproducente ao que existia de legislação. Explicou ser entendimento da Altri que para fazer a faixa de gestão de combustível teria de ser indemnizada pelos prejuízos, sendo um processo que estava a decorrer com os advogados da Altriflorestal e com os advogados do Estado. Completou garantindo ser esta a explicação para a faixa de interrupção de combustível não estar criada nessa zona. Sobre a casa, na Rua do Poço, afirmou ter sido feita uma avaliação técnica sobre a mesma e pensava que a Junta de Freguesia de Monte da Pedra tinha

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



sido informada deste facto. Avançou ter tomado boa nota desta avaliação e faria com que a mesma tivesse boa conclusão.

Declarou sobre a obra do cemitério e todas as obras que o Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires, entendesse serem importantes para a sua Freguesia, que também ele, quando tinha reuniões com membros do Governo, apresentava uma série de situações que gostava de ter resolvidas e o não conseguia. Garantiu ir em passo a passo, achando que o Monte da Pedra vinha a ter uma boa resposta do Município, comparativamente com outras Juntas de Freguesia. Esclareceu ser uma questão de se fazerem as contas e de se verificar o apoio que a Junta de Freguesia de Monte da Pedra tinha tido em determinadas situações. Lembrou que poderiam contar sempre com este executivo para as obras em benefício das populações, mas aquilo que fosse para outras situações teriam de ter mais rigor nas mesmas. Continuou as suas declarações, dizendo assumir totalmente o falhanço de ainda não terem a situação resolvida sobre a transferência de competências, mas não tinha outra forma de o fazer, devido ao histórico da situação.

Tomou a palavra, o Revisor Oficial de Contas, Dr. **Pedro Costa**, para fazer uma apresentação das matérias técnicas que constavam no ponto 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, permitindo aos eleitos terem um conhecimento muito mais aprofundado e detalhado destas questões, podendo desse modo intervir de forma muito mais eficiente.

### **2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município – Ano 2018**

Tomou a palavra o eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, para esclarecer que neste ponto se iriam abster seguindo o critério da posição tomada no executivo e do sentido de voto do grupo.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, registou os números transmitidos pelo Dr. Pedro Costa e transmitiu também, ser este um trabalho árduo e interessante no conhecimento diário das dinâmicas da contabilidade do setor público. Manifestou não ficar satisfeito com aquilo que tinham apresentado no presente dia, porque a sua ambição era muito superior ao exposto. Explicou ter a ambição de apresentar contas cada vez mais ajustadas, de ter a responsabilidade de as tornar cada vez mais transparentes e mais equilibradas.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



Afirmou ter também a ambição de possuírem a capacidade de um aumento substancial de capital, com o devido equilíbrio que se devia ter, pois só isso permitia acrescentar valor ao nosso Concelho. Declarou saberem e terem noção de estarem numa transição da realidade do nosso Concelho e do nosso Município. Esta transição passaria pela organização do Município, tendo-se a incrementação com os custos dos recursos humanos, sendo necessário fazer redução noutras áreas, representando tudo isto, um grande desafio para toda a organização do Município.

O Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, afirmou que da sua parte, a exigência seria cada vez maior e mais rigorosa, com todos os procedimentos executados na Câmara Municipal. Completou que aqueles que já o iam conhecendo e percebendo, sabiam que não ia tirar o pé do acelerador, enquanto não conseguisse atingir os seus objetivos, em termos de organização interna daquilo que havia para fazer e ajustar. Garantiu saberem também que tinham uma pessoa que compreendia, que queria estar e aprender com todos, que assumia os erros, que dividia as vitórias e que estava de peito aberto, com vontade de transformar este Concelho, num Concelho diferente. Completou declarando que a realidade do nosso Concelho não o deixava sossegado, bastando fazer-se o exercício de se verificar quantos dos que aqui viviam, tinham menos de 40 ou até mesmo de 30 anos. Solicitou que fizessem uma perspetiva daqui a 20 ou 30 anos e vissem qual era a realidade desta terra. Concluiu elucidando ser por estes motivos que tantas vezes dizia, que quem tivesse ideias diferenciadoras, que quem pudesse acrescentar valor, que quem pudesse estar ao lado, não destruísse e não quisesse o poder, apenas pelo poder.

Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município – Ano 2018**, à votação, o qual foi **aprovado** por **maioria**, a saber:

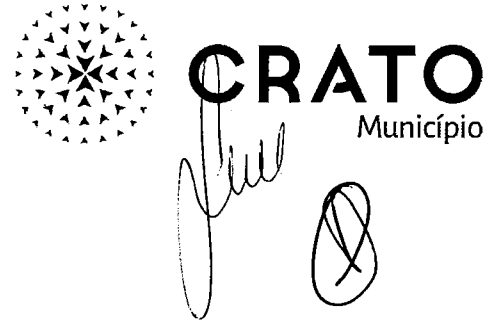
a) **9** (nove) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

**10** (dez) **abstenções**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

### **3. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, **do Documentos de Prestação de Contas – Ano 2018**

Tomou a palavra o eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, para esclarecer que neste ponto se iriam abster acompanhando o sentido de voto do seu Vereador, no executivo.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Garcia**, cumprimentando todos os presentes. Explicou que depois de ter ouvido os esclarecimentos do Dr. Pedro Costa, era levado a crer que a situação económico-financeira do Município do Crato, tinha evoluído do ano de 2017 para 2018, de forma positiva. Manifestou que esta evolução não se devia a reduções em algumas áreas ou a retrocessos em algumas atividades, muito pelo contrário. Sublinhou o caso concreto do aumento dos custos com o pessoal, significando terem-se criado mais postos de trabalho para responderem às necessidades dos Munícipes e dos cidadãos. Destacou também o cumprimento da execução orçamental num valor superior a 85%, assim como o aumento da capacidade de endividamento do Município do Crato e a diminuição de dívidas de terceiros. Completou afirmando concordar com as palavras do Presidente da Câmara quando o mesmo referiu desejar mais, sublinhando estarem no bom caminho para que isso acontecesse.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município



Tomou a palavra o eleito do PS, **Miguel Batista**, afirmando que de todos os documentos de prestação de contas, que tinha visto, até ao presente dia, este era o mais elucidativo e o mais claro. Sublinhou que no referido documento, vinham todas as despesas feitas pelo Município, até ao mais ínfimo pormenor. Declarou que este documento vinha dar uma grande resposta às dúvidas do eleito do PSD, Francisco Sampaio Soares, porque apresentava com bastante clareza todos as despesas feitas.

Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Documentos de Prestação de Contas – Ano 2018**, à votação, o qual foi **aprovado por maioria**, a saber:

a) **11 (onze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **8 (oito) abstenções**, a saber:

- **4 (quatro) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho e Eduarda Maria Subtil Pires.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

#### **4. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão ao Orçamento /2019**

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, informou que o seu grupo votaria favoravelmente.



Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **2.ª Revisão ao Orçamento /2019**, à votação, a qual foi **aprovada** por **maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **6** (seis) **abstenções**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

**5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da **2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano – 2019/2022****

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, informou que o seu grupo votaria favoravelmente.

Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano – 2019/2022**, à votação, a qual foi **aprovada** por **maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:



- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

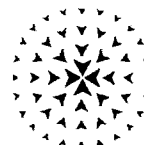
**6. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho do Crato – Aprovação Depois de Consulta Pública**

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, informou que o seu grupo votaria favoravelmente.

Tomou a palavra, a **Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, parabenizou o Município por desenvolver uma política que promove o aparecimento e a realização de diversos projetos recreativos, culturais, desportivos, potenciado pelos cidadãos.

Sendo as Associações polos de desenvolvimento cívico, com o objetivo de incentivar e promover as atividades dentro da comunidade, manifestou o seu reconhecimento, desenvolvido por todas as associações em prol da comunidade e o seu inestimável contributo na dinamização social, cultural e desportiva.





Considera que, a grande importância que o Município tem, deste trabalho desenvolvido para que os apoios a conceder a todas as associações sejam feitos através de regras justas e objetivas, pois só através da existência de um procedimento transversal, a todas as associações se consegue dar um apoio equitativo e justo.

Em nome da transparência e igualdade que este executivo tem feito, potenciando assim também o acompanhamento e monitorização da aplicação dos apoios que tem dado a todos.

Salientou também, a importância da existência do Gabinete de Apoio ao Associativismo, que se encontra disponível para todas as associações.

Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho do Crato – Aprovação Depois de Consulta Pública**, à votação, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

#### **7. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Empréstimo Bancário**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, aclarou desejar fazer um pequeno enquadramento, esclarecendo que após a autorização prévia da Assembleia Municipal, que tinha ocorrido na reunião extraordinária de março, para se contrair empréstimo no valor de 1 milhão e 36 mil euros para assegurar investimento com as seguintes finalidades: oficinas municipais, construção da capela mortuária do Crato e alargamento do cemitério do Crato. Desenvolveu que depois do envio de convites a entidades bancárias para apresentarem proposta, a Câmara Municipal remetia à Assembleia Municipal o relatório de análise das propostas para efeito de adjudicação do referido empréstimo bancário ao BPI, S.A. por este ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Município do Crato.

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino**, informou que o seu grupo votaria favoravelmente, depois de terem lido os documentos.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município



### Considerandos:

1. As despesas de investimento previstas no orçamento municipal para o ano de 2019 são no valor de € 2.540.560,00, sendo que 10% corresponde a € 254.056,00, pelo que os € 1.036.000,00 ultrapassam os 10% das despesas de investimento e de acordo com o disposto no artigo 51.º da citada Lei, os empréstimos de médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, no entanto caso estes ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício.
2. A autorização referida no considerando n.º 1 foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão extraordinária realizada no dia 29 de março 2019;
3. Vem agora a Câmara Municipal, nos termos da deliberação n.º 127 da minuta da ata n.º 10/2019, de 17 de abril da Câmara Municipal, remeter à Assembleia Municipal para os efeitos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 49.º, n.º 5 da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro, o relatório de análise das propostas, para efeitos de adjudicação do referido empréstimo bancário, no valor de 1.036.000,00 euros, ao Banco BPI, SA, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Município do Crato, conforme consta do relatório técnico de análise, cujo texto anexo é parte integrante da presente proposta e aqui se dá por integralmente reproduzido, a saber:
  - Oficinas Municipais - €650.000,00;
  - Construção da Capela Mortuária do Crato - €120.000,00;
  - Alargamento do Cemitério do Crato - €266.000,00;

### Assim, proponho:

Que a Assembleia Municipal do Crato delibere, nos termos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 49.º, n.º 5 da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro, autorizar a contratação do referido empréstimo bancário, no valor de 1.036.000,00 euros, ao Banco BPI, SA, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Município do Crato, conforme consta do relatório técnico de análise, cujo texto anexo é parte integrante da presente proposta e aqui se dá por integralmente reproduzido, nos termos da deliberação camarária n.º 127 da minuta da ata n.º 10/2019, de 17 de abril.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município



Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a autorização da contratação do referido empréstimo bancário, no valor de 1.036.000,00 euros, ao Banco BPI, SA, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Município do Crato, à votação, a qual foi **aprovada** por **maioria**, a saber:

a) **17** (dezassete) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **2** (duas) **abstenções**, a saber:

- **2** (dois) **votos do Grupo do PSD**: José Filipe da Conceição Carrilho e Eduarda Maria Subtil Pires

**8. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Conselho Municipal de Educação**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, solicitou permissão para manifestar com agrado a preocupação e a intervenção da Câmara em colocar em funcionamento o Conselho Municipal de Educação. Declarou que fruto da sua experiência profissional, tinha participado em vários Conselhos Municipais de Educação, conseguindo identificar nessas instâncias de consulta, boas práticas, resultando das mesmas, propostas e ações a concretizar nos diferentes territórios. Declarou ser com enorme agrado que o Crato colocava em funcionamento o Conselho Municipal de Educação e se associava às boas práticas que se tinham verificado por todo Distrito.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município



Tomou a palavra o eleito do PS, **Miguel Batista**, para manifestar que à semelhança da Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, também ele se regozijava com este renovar do Conselho Municipal de Educação. Declarou ter tido também o privilégio de participar em vários destes Conselhos, relevando tudo aquilo que a Presidente da Assembleia Municipal tinha dito. Recordou ter tido também o privilégio de participar nos dois únicos Conselhos Municipais de Educação, existentes no nosso Concelho. Sublinhou que no primeiro participou na constituição do mesmo e no segundo, na aprovação da Carta Educativa do Município do Crato, um documento estruturante.

Aconselhou ao próximo Conselho que melhorasse esse mesmo documento, pois neste espaço de tempo tinha surgido no nosso Concelho uma outra escola, a Escola Profissional Agostinho Roseta, sendo a mesma uma referência. Salientou o facto de o Município do Crato nunca ter conseguido o ensino profissional através do Ministério da Educação, conseguindo-o através de um Sindicato. Chamou a atenção para que nas reuniões do Conselho Municipal de Educação, pudessem convidar um elemento do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, figura que anteriormente também não existia. Disse achar pertinente que também convidassem a participar nas referidas reuniões, um elemento da CPCJ e um elemento do IPP. Mencionou não termos nenhuma instituição de ensino superior no Município, mas ser de todo adequado, nas reuniões que tivessem a ver com a rede escolar, poder haver uma articulação entre o ensino estatal, o ensino profissional e o Instituto Politécnico. Deveriam trabalhar para criarem cursos inovadores, resultando em profissões necessárias no nosso Município, no nosso Concelho, dando o exemplo da área da geriatria, do turismo, da restauração, das termas, etc.

O eleito do PS, **Miguel Batista**, deu os parabéns ao Município, por terem reconhecido que não ter o Conselho Municipal de Educação a funcionar era uma fragilidade. Recordou que este executivo tinha também reativado a Comissão Municipal de Trânsito e aproveitou para sugerir que tentassem implementar o Conselho Municipal de Juventude, pois parecia-lhe ser de primordial importância. Afirmou não ser uma perda de tempo para os autarcas, porque eram locais onde todos os intervenientes, todas as entidades em conjunto, podiam dar enormíssimos contributos para a melhoria das condições de vida dos que aqui viviam.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, explicou que relativamente à constituição do Conselho Municipal de Educação, a Lei que os regulava, estipulava os parceiros obrigatórios. Sublinhou que isto não inviabilizava que em determinado tipo de reuniões se procedesse ao convite a algumas entidades, pela pertinência dos temas a tratar nas mesmas.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



### Considerando:

A proposta da Câmara Municipal inserta na minuta da ata n.º 10/2019, de 17 de abril, para constituição do Conselho Municipal de Educação por deliberação da Assembleia Municipal do Crato, a saber:

- 1- Presidente da Câmara Municipal do Crato, que preside;
- 2- Presidente da Assembleia Municipal;
- 3- Vereador João Manuel Ferreira Farinha, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos,
- 4- Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires Flor da Rosa e Vale do Peso, em representação das freguesias do concelho, eleito pela assembleia municipal aos 18/11/2017;
- 5- O Delegado Regional de Educação do Alentejo, que pode ser substituído por quem o diretor-geral dos estabelecimentos escolares designar;
- 6- Represente da CCDR Alentejo: Dra. Teresa Godinho - Chefe de Divisão de Gestão de Programas e Projetos
- 7- A Diretora da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Ana Maria Ferreira Gordo;
- 8- Sofia Ferrugento Belo de Moraes, representante do pessoal docente do ensino básico público;
- 9- Maria do Rosário Meira Marques, representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
- 10- Clotilde Gonçalves Soares, representante do conselho pedagógico da EBI/JI Crato
- 11- Cláudia Morgado, representante da Escola Profissional Agostinho Roseta;
- 12- Susana Véstia Antunes, representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI/JI Crato;
- 13- Diogo Martinho, representante da Associação de Estudantes da Escola Profissional Agostinho Roseta;
- 14- Mário de Carvalho Cruz, representante da Santa Casa da Misericórdia do Crato;

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



- 15- Maria Manuel Roma Morais, representante da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano;
- 16- Dora Velez, representante dos serviços de segurança social;
- 17- Representante dos serviços de emprego e formação profissional (nome a indicar pelo respetivo serviço);
- 18- Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto (Hélder Alexandre Miranda dos Reis Rodrigues)
- 19- Comandante do Posto Territorial do Crato, Sargento-Adjunto José Rodrigues Barata Fanico representante da Guarda Nacional Republicana.

Assim proponho:

Nos termos da Lei que a Assembleia Municipal delibere a constituição do Conselho Municipal de Educação com a composição referida na Proposta apresentada.

Após discussão, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Conselho Municipal de Educação**, à votação, o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

### PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, chamou a atenção para o tempo disponibilizado a cada Munícipe, ser de 02 minutos, sendo o regimento da Assembleia claro com a concessão da palavra.

Tomou a palavra o senhor António Caladinho, afirmando não concordar com esta decisão pois tinha alterado a sua agenda para estar na reunião da Assembleia Municipal. Declarou pretender colocar algumas questões, mas a Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, cortava-lhe a palavra.

O senhor **Manuel Grilo**, apelou à boa vontade para resolverem um problema que já tinha onze anos e que tendo o mesmo, três itens para ser resolvido, apenas restava solucionar o referente à Câmara.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 4/2019, DE 30 DE ABRIL

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

O Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, afirmou compreender perfeitamente a questão colocada pelo senhor Manuel Grilo. Explicou que o problema tinha a ver com uma cedência de um terreno para domínio público, ficando o compromisso de a Câmara Municipal fazer essa escritura e esse trabalho. Esclareceu que estava no plano de trabalhos, assumindo também que passado um ano e alguns meses, ainda não tinha tido grande desenvolvimento, mas esperava que a breve trecho conseguissem ultrapassar esta questão. Sublinhou que este tinha sido dos primeiros assuntos a serem falados, quando reuniu com o setor do Património porque tinha o compromisso de o resolver, visto achar ser de toda a justiça que assim acontecesse.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e três horas e três minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Sandra Maria Sias Cardoso  
Cristina Isabel dos Santos Pereira